



**PARECER Nº 1, DE 2026, DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO,  
SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 66, DE 2024**

De autoria do Excelentíssimo Senhor Deputado Paulo Fiorilo, o projeto de lei de número em epígrafe tem o objetivo de declarar de utilidade pública a Associação Espaço, Cidadania, Cultura e Arte (ECCART), com sede em Jales.

A propositura esteve em pauta nos termos do item 2, parágrafo único, do artigo 148 do Regimento Interno, sem receber emendas ou substitutivos.

Decorrido o prazo de pauta, o projeto vem à nossa análise conclusiva, a fim de receber parecer quanto a seu aspecto constitucional, legal e jurídico, bem como quanto ao mérito, nos termos do § 1º do artigo 31 e da alínea "a", do inciso II, do artigo 33, ambos do Regimento Interno.

É o relatório.

Verifica-se inicialmente que a declaração de utilidade pública, no âmbito estadual, está adstrita às normas fixadas pela Lei n. 2.574, de 4 de dezembro de 1980.

Examinando a documentação apresentada, pôde-se constatar que a entidade em questão preenche os requisitos estabelecidos pelo diploma legal citado, a saber:

I - O estatuto foi devidamente registrado no Oficial de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos Civil de Pessoas Jurídicas de Jales - SP, o que comprova que a entidade possui personalidade jurídica, atendendo ao disposto no inciso I do artigo 1º (cf. item n. 1.3 do REQ 366/2024);

II - Os relatórios circunstanciados das atividades referentes aos dois anos anteriores demonstram que a entidade está em efetivo e contínuo funcionamento, no mínimo, nos últimos dois anos, dentro de suas finalidades, atendendo ao disposto no

inciso II do artigo 1º (cf. itens 1.7, 1.8 e 1.9 do REQ 366/2024 e item 1.9 do REQ 2776/2025);

III - O artigo 15, parágrafo único, do estatuto (item n. 1.3 do REQ 366/2024) demonstra que os cargos da diretoria não são remunerados e que não há distribuição de lucros, bonificações ou vantagens a dirigentes, mantenedores ou associados, atendendo ao disposto no inciso III do artigo 1º;

IV - A entidade está devidamente inscrita CMDCA de Jales (item n. 1.10 do REQ 2776/2025), bem como o CRCE do Estado (item n. 1.5 do REQ 366/2024), conforme exige o artigo 1º, inciso IV, da Lei n. 2.574/1980;

V - O documento juntado nos itens 1.3, 1.4, 1.5, 1.6 e 1.7 do REQ 2776/2025, concedido pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Jales - SP, Vereador Bruno Henrique de Paula, atesta a idoneidade moral dos diretores da entidade, atendendo ao disposto no inciso VI do artigo 1º;

VI - Por fim, o balanço patrimonial (item n. 1.8 do processo REQ 2776/2025 e item 1.6 do REQ 366/2024), publicado no jornal “A Tribuna”, de Jales, atende ao disposto no inciso VII do artigo 1º.

Quanto ao mérito, verifica-se que a entidade, ao promover atividades de assistência social, cultura e educação, zelando ainda pela defesa da cidadania e do combate à pobreza, desempenha relevantes serviços à população, justificando a declaração de utilidade pública pretendida.

Diante do exposto, somos favoráveis à aprovação do Projeto de Lei n. 66, de 2024.

Reis – Relator

APROVADA CONCLUSIVAMENTE A PROPOSITURA, NA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO, CONFORME VOTO DO RELATOR FAVORÁVEL, NOS TERMOS DOS ARTIGOS 31 E 33 DO REGIMENTO INTERNO.

Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, em 4/2/2026.

Thiago Auricchio – Presidente

Thiago Auricchio	Favorável ao voto do relator
Conte Lopes	Favorável ao voto do relator
Alex Madureira	Favorável ao voto do relator
Rômulo Fernandes	Favorável ao voto do relator
Reis	Favorável ao voto do relator
Marta Costa	Favorável ao voto do relator
Oseias de Madureira	Favorável ao voto do relator
Delegado Olim	Favorável ao voto do relator